

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 547.607 - MG (2019/0352223-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DANIEL AUGUSTO SANTOS GUIMARAES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO LUIZ GUIMARÃES DE OLIVEIRA FILHO - MG093660  
DANIEL AUGUSTO SANTOS GUIMARAES - MG196409  
FILIPE CHEMAPP THEODORO - MG183000  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ELOI DE JESUS PERDIGAO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ELOI DE JESUS PERDIGÃO apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais relator do HC n. 1.0000.19.155122-5/000.

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do paciente, denunciado como incurso no art. 157, § 2º, II, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido.

Dá a presente impetração, na qual a defesa sustenta que "*tanto a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, quanto aquela que a manteve carecem de fundamentação idônea, já que cingiram-se à invocação de postulado processual sem expressa definição do motivo dos fatos concretos amoldarem-se à hipótese legal*" (e-STJ fl. 6).

Requer, liminarmente, sejam suspensos os efeitos da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)*

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

